

- XXXIV -

## PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO

Maria Edgleuma de Andrade  
POSEDUC/UERN  
[edgleumadeandrade@yahoo.com.br](mailto:edgleumadeandrade@yahoo.com.br)

Marcelli Ingrid Silva de Lima  
POSEDUC/UERN  
[marcellingrid\\_adm@hotmail.com](mailto:marcellingrid_adm@hotmail.com)

**Maria de Fátima Holanda dos Santos Silva**  
POSEDUC/UERN  
[fatimaholanda01@hotmail.com](mailto:fatimaholanda01@hotmail.com)

### INTRODUÇÃO

Discutir sobre a produção do conhecimento sobre políticas de avaliação amplia o debate sobre o uso de resultados e indicadores como instrumento da gestão educacional, e nos ajuda a problematizar os desdobramentos dos mecanismos de accountability nos sistemas educacionais e escolas. Com isso, a análise da produção acadêmica nos oferece um mapeamento sobre o tema, no qual é possível atentar para os problemas recorrentes nessas produções e tentar superá-los e ou apontar novas reflexões sobre os estudos pesquisados.

Este estudo é um recorte de pesquisa integrada que analisa políticas de avaliação na educação básica em diferentes contextos locais. No tocante a produção acadêmica é analisada na pesquisa as repercussões das políticas de avaliação em dois eixos: gestão escolar e trabalho docente. Nosso estudo apresenta os seguintes questionamentos: De que forma sistemas educacionais e escolas usam os resultados das avaliações em larga escala para a melhoria do ensino? Quais as repercussões da avaliação em larga escala no cotidiano da escola, gestão

escolar e trabalho docente? De modo específico, neste artigo, apresentamos dados referentes ao eixo que trata dos desdobramentos das políticas de avaliação no trabalho docente.

A pesquisa, do tipo “Estado do conhecimento” foi realizada a partir dos resumos do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD relativas à produção do período de 2007 a 2017. Utilizamos os descritores “políticas de avaliação”, “trabalho docente”, “IDEB”, “avaliação externa” de forma isolada e conjunta com o uso da ferramenta booleana “AND”. O critério de seleção dos trabalhos era que os referidos descritores constassem no título, resumo e ou nas palavras-chave do trabalho. Na filtragem inicial localizamos 64 trabalhos. Posteriormente, em uma segunda triagem levando em consideração os estudos que correlacionaram as avaliações externas ao trabalho docente, e após leitura dos resumos obtivemos oito trabalhos ao todo para serem analisados.

Segundo Ferreira (2002), as pesquisas denominadas *Estado da arte* ou *Estado do conhecimento* optam em sua maioria, por analisar apenas os resumos dos trabalhos. Para a autora os resumos são suficientes se o objetivo for mapear essa produção em período delimitado, em anos, locais, áreas de produção, descritores, pois o pesquisador terá dados objetivos nos resumos, que se constituem em banco de dados da produção em determinada área de conhecimento. Ressalta ainda, que, alguns pesquisadores escolhem também fazer a leitura parcial e ou total dos trabalhos, quando pretendem uma análise mais aprofundada.

A análise deu-se primeiro por meio da leitura de todos os trabalhos, em seguida fichamos os textos selecionados. Buscamos em cada texto as perspectivas de discussão sobre o tema, as bases conceituais e teóricas trazidas pelos autores. O objetivo foi conhecer o que temos produzido sobre avaliação externa e sua relação com o trabalho docente.

## **AVALIAÇÕES EXTERNAS E SUA APROXIMAÇÃO COM A LÓGICA MERCANTIL**

As avaliações externas padronizadas em larga escala já utilizadas há muito anos por países desenvolvidos, chegou ao Brasil por exigência dos órgãos financiadores, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Conforme Amaro (2013) e Chirnéa, Brandão (2015) as avaliações foram elaboradas há mais de 20 anos, primeiro em 1988, o Saep (Sistema de Avaliação da Educação Pública) e, depois, com um novo perfil o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e a Prova Brasil, criada pelo MEC em 2005, para compor o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Brasil), criado pelo INEP

(Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), e que foi parte integrante do PNE (Plano Nacional de Educação e do Plano de Metas Todos pela Educação).

Destacamos nas leituras a presença de termos como meritocracia, eficiência, eficácia, performatividade, qualidade, responsabilização, numa perspectiva neoliberal para explicar a lógica de mercado presente na educação e que vem sendo cada dia mais afirmado pelas avaliações externas. Assunção (2013, p. 42), afirma que “Tudo pode ser avaliado na perspectiva de mercado. Como a educação brasileira nos últimos anos se molda na lógica de *accountability*, cria-se uma falsa impressão, ou melhor, alimenta-se o mito de que avaliação é virtuosa e é produto de uma ação democrática.”

O estudo de Dias (2014), recorda o programa de Qualidade Total aplicado no setor empresarial e que a mesma lógica, de premiação por produtividade e desperdício zero, baseado no Toyotismo e no Taylorismo, vem sendo aplicada na esfera educacional. O autor compara o trabalho do professor atualmente, ao trabalho fragmentado e desprovido de sentido nas primeiras indústrias, que vem se tornando mecanizado, indispensável para atender as avaliações, provocando o surgimento de doenças psíquicas e físicas. Sobre isso, Assunção (2013), traz o pensamento autor francês Martuccelli em seu quinto princípio da filosofia da educação, “A avaliação aumenta a eficácia, pois permite emergir, por comparação as boas práticas”, que para a autora “carrega em si uma herança Taylorista - fragmento do trabalho, controle do tempo, e premiações” (p.43).

Os autores estudados também fazem uma dura crítica a divulgação dos resultados do Ideb, que acaba denegrindo a imagem das escolas e professores que não obtiveram boas notas, bem como as bonificações destinadas aquelas com os maiores índices, ou seja, punindo umas e bonificando outras. Saçço (2015) traz Perry (2009) e Locatelli (2002) para relatar as mudanças e reformulações que houve nas provas e na disseminação dos resultados. Os mesmos defendem o uso das avaliações externas para a formação continuada dos professores e não para puni-los.

Em “A influência do Ideb sobre a satisfação profissional na visão dos professores”, Saçço (2015, p.26) defende que “Os processos de avaliação educacional nacional torna-se cada vez mais necessário [...] visto serem forma de diagnosticar a situação geral da qualidade da educação ofertada e, a partir disso, promover ações para implementar novas políticas,” porém, a autora entende que, isoladamente, as avaliações não são válidas. Segundo a autora, a forma como a avaliação vem sendo feita tem se evidenciado insuficiente para promover mudanças e melhorias significativas.

## CONCLUSÕES

Nos trabalhos analisados as avaliações externas são consideradas insuficientes para mensurar a qualidade da educação, sendo esse seu principal objetivo, o mesmo, na visão dos autores e professores envolvidos nas pesquisas, não está sendo alcançado devido a diversos fatores, mas principalmente pelo fato de não considerar o contexto escolar tanto interno (estrutura física da escola, recursos, formação do professor) quanto o externo (comunidade escolar, acompanhamento dos pais, poder aquisitivo familiar). Essa insuficiência tem provocado insatisfação nos educadores que se sentem cobrados, pressionados e fiscalizados pelas secretarias de educação.

Diante disso percebemos o quão presente está o discurso da meritocracia no sistema educacional brasileiro e sendo enraizado pelos processos avaliativos padronizados. Porém é possível perceber também a necessidade de se avaliar o processo educacional para que as melhorias e adequações sejam realizadas.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Ivan. A (in)visibilidade da escola: implicações das avaliações externas no contexto escolar. **Educação: Teoria e prática**, Rio Claro, v. 23, n. 43, p.24-43, 01 jul. 2013.

ASSUNÇÃO, Mariza Felipe. **O mito da virtuosidade da avaliação: trabalho docente e avaliações externas na educação básica**. 192f. Tese (Doutorado). Doutorado em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CHIRINÉA, Andréia Melanda; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: avaliação, política pública**. Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 87, p.461-484, abr. 2015.

DIAS, Rubia Mara Ribeiro. **IDEB, quantificação e qualidade: avaliação de desempenho no ensino fundamental e os impactos no trabalho docente em escola de Araguari-MG**. 97f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, v. 79, n. , p.257-272, ago. Campinas, 2002.

SACÇO, Thays Alessandra Silva. **Influências do Ideb sobre a satisfação profissional na visão de professores do 1º ao 5º ano em seis escolas estaduais em Juiz de Fora / MG**. 221f. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.